

Portugal, Balanço Social 2022

Relatório Anual

SUSANA PERALTA, BRUNO P. CARVALHO, MIGUEL FONSECA



Sobre o projeto

O projeto "Portugal, Balanço Social" destina-se a traçar um retrato socioeconómico das famílias portuguesas, com ênfase nas situações de privação e pobreza e, quando possível, no acesso às respostas sociais existentes em Portugal.

À semelhança dos relatórios anteriores, no "Portugal, Balanço Social 2022" começamos por descrever a pobreza a partir do rendimento, para, de seguida, nos debruçarmos sobre outras dimensões: a privação material, as condições de habitação e o acesso à educação e à saúde. Descrevemos também a relação entre a pobreza e a situação laboral e o nível de educação. Discutimos ainda as diferenças regionais, a desigualdade na distribuição do rendimento e o impacto das transferências sociais na mitigação da pobreza. Debruçamo-nos ainda sobre dois subgrupos da população tipicamente mais vulneráveis a situações de pobreza, as crianças e os mais velhos.

Este relatório tira partido do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento de 2021 (ICOR 2021), implementado no início do ano de 2021. Recorremos ainda a dados das últimas edições do European Social Survey (ESS 2020) e do Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe (SHARE 2022). Todos os inquéritos são representativos da população residente em Portugal.

Esta edição conta com dois capítulos especiais. O primeiro centra-se nos impactos da pandemia, o segundo discute algumas dimensões do custo de vida dos residentes em Portugal. Em ambos os casos o ICOR 2021 é a principal fonte de dados.

Pedimos a quem nos lê dois cuidados na leitura do documento:

- **A caracterização das situações de exclusão nele feita não é exaustiva.**
- **Nenhuma parte do relatório deve ser lida como análise do impacto das múltiplas políticas públicas de combate à pobreza.**

O objetivo é fornecer uma base para uma discussão transversal sobre as situações de pobreza e exclusão social em Portugal.



1.
**Alguns destaques
da edição 2022**

Dados gerais sobre a desigualdade

Em 2020, a taxa de risco de pobreza subiu para

18,4%

Um aumento de 2,2 pontos percentuais em relação a 2019 e acima da média da UE. A incidência da pobreza é maior entre os desempregados, famílias monoparentais e indivíduos menos escolarizados.

Em 2021, as famílias pobres têm piores condições habitacionais:

18,8%

viviam em alojamentos sobrelotados

Em relação à média da população, as famílias pobres em 2021 têm também uma saúde pior (21,5% com um estado de saúde mau ou muito mau) e menos acesso a cuidados de saúde (19,3% têm dificuldades a aceder a consulta ou tratamento de medicina dentária)

A taxa de privação material e social em 2021 é de

13,5%

Uma subida de 0,8 pontos percentuais face a 2020. As maiores privações eram: usufruir de pelo menos uma semana de férias fora de casa, fazer face a despesas inesperadas, ou substituir móveis usados.

Em 2020,

40,5%

das pessoas desempregadas são pobres

E mais de uma em cada dez pessoas empregadas são pobres. Em 2020, 42,3% das pessoas pobres trabalham menos de metade do ano e 37,2% vivem em agregados onde se trabalha a tempo inteiro.

Em 2020, as pessoas com menos rendimentos tinham menos confiança nas instituições, menor interesse em política e estavam menos satisfeitas com o funcionamento da democracia.

Em 2020, a **Madeira** é a região com a maior taxa de **risco de pobreza** e maior taxa de privação material e social e o **Centro** é a região mais **desigual**.

Em 2020,

20,1%

das pessoas com 65+ anos era pobre

Entre estas, 36% não conseguem manter a casa aquecida, 18,3% não tinham capacidade para comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis e 5,4% sentiram fome, que não conseguiram satisfazer por falta de dinheiro.



Mais crianças pobres

20,4%

Em 2020, 20,4% das crianças em Portugal eram pobres. As crianças pobres têm menor acesso à educação pré-escolar e maior insegurança alimentar.

A pandemia de covid-19

Em 2020,

22,8%

dos pobres
sofreram uma
diminuição do
rendimento

O que compara com 18%
na população em geral.
Os motivos mais comuns
eram a diminuição do tempo
de trabalho e a perda
de emprego.



Em 2020,

29,2%

das pessoas pobres tiveram
consultas ou tratamentos
médicos cancelados (37,9% para
a população geral).

Os apoios financeiros
relacionados com a pandemia
foram recebidos por

13,8%

da população e a

13%

da população pobre

Os apoios dirigidos a trabalhadores
por conta de outrem, que incluem
o layoff simplificado, foram menos
comuns entre os pobres (3,1%) do que
entre a população total (6,2%).

Apenas

15%

dos trabalhadores
pobres
conseguiram
trabalhar a partir
de casa durante a
pandemia.

Sobretudo devido à
incompatibilidade da função
com trabalho remoto. Esta
percentagem sobe para 32%
para a população em geral.

Uma em cada
10 crianças pobres
entre os 5 e
os 15 anos não
conseguiu assistir
às aulas online,
o dobro
da prevalência
(uma em cada 20)
na população
geral.

CRIANÇAS POBRES



POPULAÇÃO GERAL



Custo de vida

Em 2021, entre os pobres

20,6%

tiveram, a preocupação de não ter comida suficiente

Em 13,1% as pessoas comeram menos do que deviam, e em 8% sentiram fome. Na população geral, estas percentagens são de 7,3%, 5,1% e 2,4%, respetivamente.

PESSOAS POBRES



POPULAÇÃO GERAL



Em 2020, mais de 8 em cada 10 pessoas pobres afirma ter dificuldade em pagar as despesas usuais (6 em cada 10 na população geral)

Em 2021,

7,9%

dos agregados pobres com crianças e em

5,7%

dos agregados pobres com idosos, as pessoas sentiram fome, mas não comeram.

A insegurança alimentar foi mais comum nos agregados com redução de rendimento na pandemia.

Em 2021, o acesso a **prestações sociais para a habitação** foi semelhante entre a população total e a população pobre (**9,9%** e **9,5%**, respetivamente). No entanto, o **valor médio mensal** destes apoios é **superior para os mais pobres**.

A taxa de esforço dos encargos com habitação foi de

38,4%

para os agregados pobres e 20,5% para a população em geral.

Em 2021, os agregados gastaram em média

325,8 €

mensalmente com a habitação.

A prestação do empréstimo média mensal foi de 269,4 € e o valor médio das rendas foi de 283,5 €.

Em 2021,

34,4%

dos agregados pobres tinham encargos excessivos com a habitação (10,1% para a população em geral).



2. Estado social do país



Figura 2 - Taxa de privação material e social (%)

TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE



Nota: O Eurostat define um conjunto de 13 itens de privações materiais e sociais, 7 ao nível do agregado e a 6 ao nível individual. Um agregado está em privação material e social se tiver privação em 5 ou mais itens e em privação material e social severa se tiver privação em 7 ou mais itens.

velhas (mais de 65 anos) têm uma taxa de risco de pobreza superior à média nacional (20,4% e 20,1%, respetivamente). A taxa de risco de pobreza entre as pessoas que trabalham com contrato temporário é mais do dobro da registada entre quem tem contratos sem termo (17,5% e 8,2%, respetivamente, em 2020). (Figura 3)

Para analisar o **grau de pobreza**, calculamos o hiato de pobreza, que é a diferença entre o rendimento de cada agregado e o limiar de pobreza. O índice de severidade de pobreza, que dá mais peso aos agregados com hiatos de pobreza maiores, aumentou de 2%, em 2019, para 2,9%, em 2020.

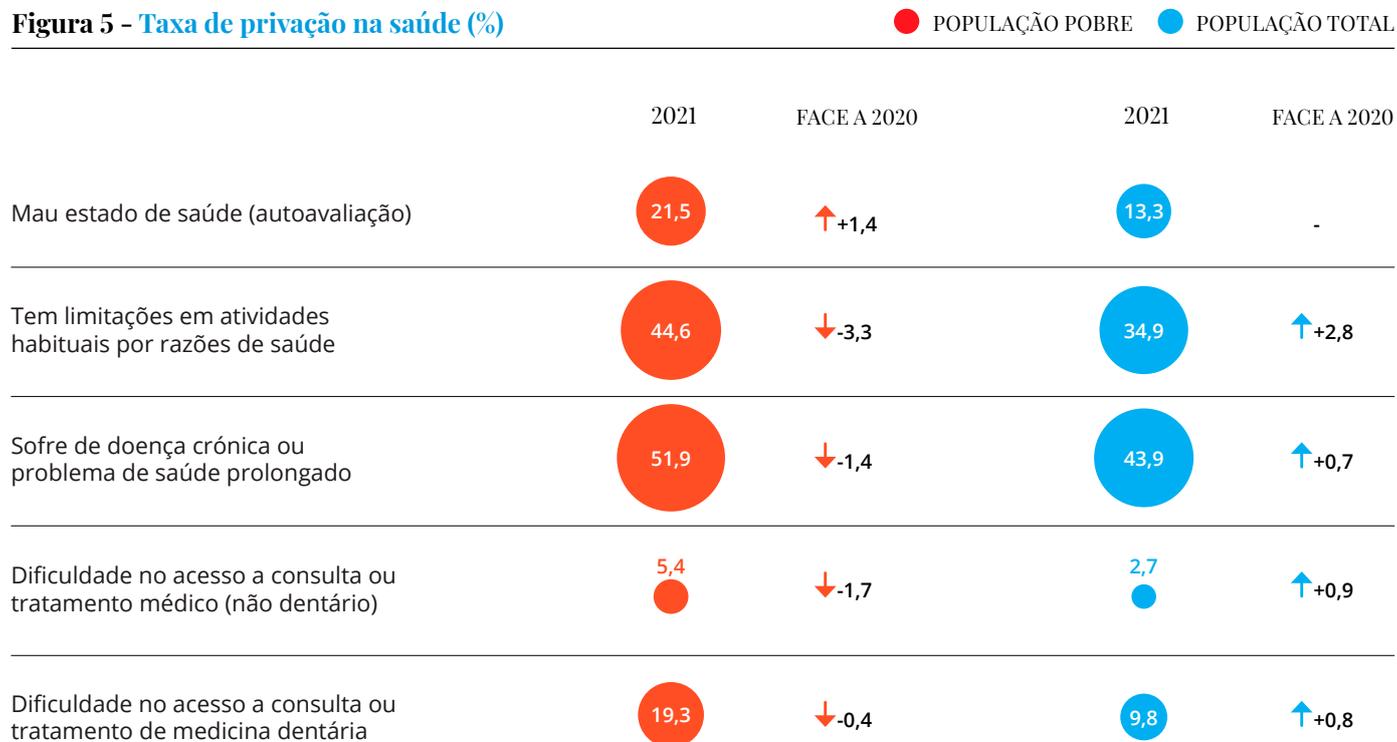
A **Figura 4** mostra a distribuição do rendimento anual equivalente e o limiar de pobreza em 2019 e 2020. O limiar de pobreza aumentou em 2020, o que mostra que o rendimento mediano cresceu, apesar da quebra no rendimento médio.

Para além da pobreza monetária, laboral, material e social, analisamos **outras privações essenciais** relacionadas com a educação, a saúde, a habitação e a participação social e política.

- Por cada 1 € recebido por um homem, uma mulher recebe, em média, 78 cêntimos. Este valor é de 54 cêntimos para as pessoas com escolaridade até ao ensino básico e de 79 cêntimos para as que têm o ensino superior.

- Em 2021, 21,5% das pessoas pobres autoavaliam a sua **saúde** como má ou muito má; na população geral, essa percentagem é de 13,3%. Os pobres reportam mais doenças crónicas e prolongadas: 51,9%, o que compara com 43,9% para a população em geral. Os pobres têm níveis de privação mais elevados, especialmente nos cuidados de medicina dentária, que não são disponibilizados pelo Serviço Nacional de Saúde: 19,3% vs. 9,8%. (Figura 5)
- A população pobre tem **carências habitacionais** bastante marcadas. Em 2021, 18,8% das famílias pobres viviam em alojamentos sobrelotados (face a 10,6% da população total). A proporção da população com encargos habitacionais excessivos é, também, maior entre as famílias em risco de pobreza. Cerca de 34,4% dos agregados pobres em Portugal têm encargos com a habitação que excedem 40% do rendimento do agregado (face a 10,1% da população geral).
- Em 2020, as pessoas com menos rendimentos participavam em menos **atividades sociais**, tinham menos interesse em política e usavam menos a internet, quando comparado com pessoas da mesma idade, mas com rendimentos mais elevados. As pessoas com menos rendimentos tinham menos confiança nas instituições, menor interesse em política e estavam menos satisfeitas com o funcionamento da democracia.

Figura 5 - Taxa de privação na saúde (%)

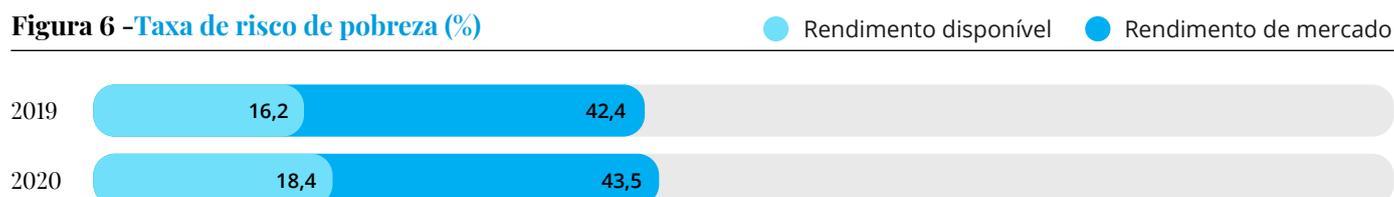


Entre 2008 e 2019 observou-se uma redução da **desigualdade na distribuição do rendimento** em quase todos os indicadores. Entre 2019 e 2020, a tendência inverteu-se. Em 2020, o índice de Gini aumentou para 33 face aos 31,1 de 2019, e o indicador S99/S1 indica que o rendimento total dos 1 por cento mais ricos é 66 vezes superior ao dos 1 por cento mais pobres, um valor quase tão alto como em 2008.

As **transferências sociais** monetárias por velhice, como as pensões, são as transferências com maior número de beneficiários - recebidas, em 2020, por cerca de 25,4% da população. Na ausência de transferências, como o

subsídio de desemprego, doença ou as pensões, haveria mais pobreza e desigualdade: a taxa de risco de pobreza, em 2020, subiria de 18,4% para 23% (se considerarmos pensões) e para 43,5% (se não considerarmos qualquer transferência social) e o coeficiente de Gini subiria de 33 para 38. **(Figura 6)**

Figura 6 -Taxa de risco de pobreza (%)



QUAIS SÃO AS DIFERENÇAS REGIONAIS RELATIVAS À POBREZA?

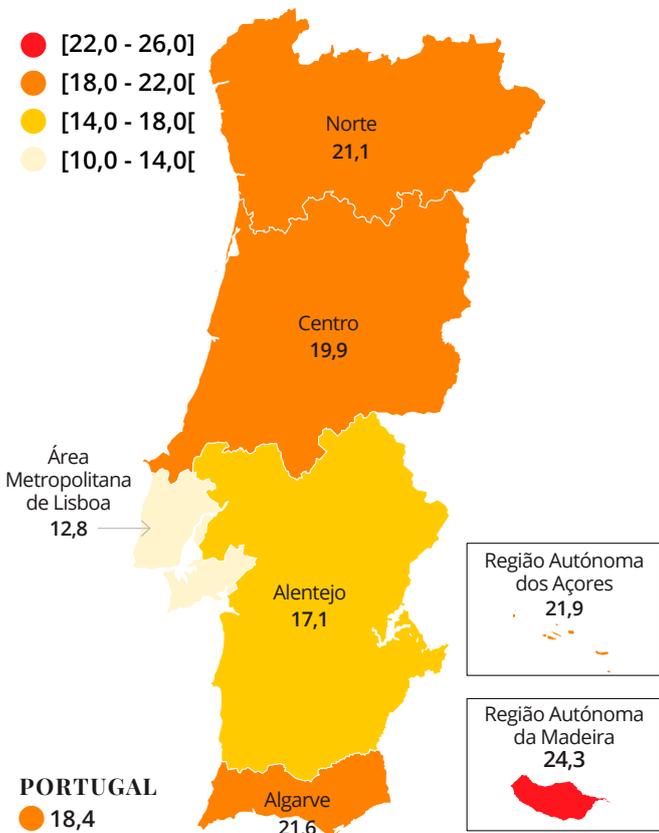
Existem importantes disparidades regionais na incidência de pobreza, privação material e desigualdade na distribuição dos rendimentos. (Figura 7)

1. Em 2020, a Região Autónoma da Madeira é aquela onde há maior **taxa de risco de pobreza** (24,3%), seguida da Região Autónoma dos Açores, com 21,9%. No continente, o Algarve é a região com mais pobreza (21,6%).
2. O Norte é a região continental com maior **taxa de privação material e social severa**, com 7,2%, em 2021.

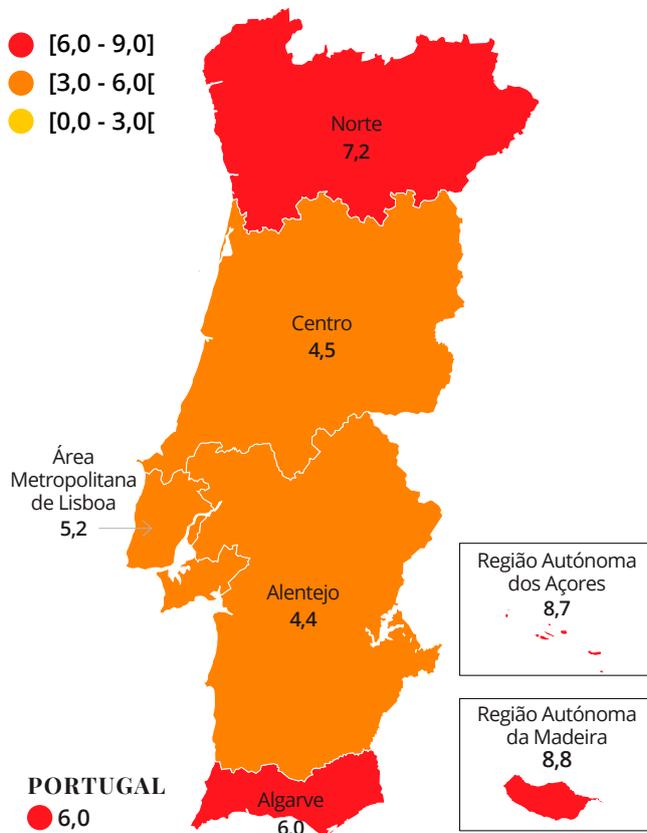
3. Os municípios com maior proporção da população em idade ativa inscrita no **Centro de Emprego** em 2021 localizam-se na região Norte, no interior das regiões Centro e Alentejo e no Algarve.
4. O município com maior **desigualdade** na repartição do rendimento bruto coletável de Portugal continental é Lisboa (coeficiente de Gini de 48,3), e com menor é Pampilhosa da Serra (coeficiente de Gini de 31,9) na zona Centro.

Figura 7 - Taxa de risco de pobreza privação material e social severa por regiões (%)

TAXA DE RISCO DE POBREZA EM 2020 (%)



PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL SEVERA EM 2020 (%)



COMO VIVEM AS CRIANÇAS EM PORTUGAL?

- As crianças são um dos grupos da população mais vulnerável a situações de pobreza e exclusão social. A **taxa de risco de pobreza** entre as crianças aumentou entre 2019 e 2020 (de 19,1% para 20,4%), pelo que há mais de 345 mil menores pobres em Portugal. A pobreza atinge 30,2% dos agregados monoparentais, o tipo de agregado com maior taxa de risco de pobreza. (Figura 8)
- Quanto a **carências habitacionais e alimentares**, em 2021, mais de 1 em cada 4 crianças vivia em casas com telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água

ou apodrecidos e 10,5% em casas sem aquecimento adequado. A incapacidade de comer, pelo menos de dois em dois dias, uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano), manteve-se estável nos últimos anos, com uma ligeira melhoria em 2021 (de 1,8% para 1,4%).

- O rendimento da família está relacionado com a frequência da **creche e pré-escolar** -- quase 7 em cada 10 crianças pobres não tem acesso a creche e, entre os 4 e os 7 anos, as mais pobres são as que menos frequentam o pré-escolar. A **escolaridade** tem um papel importante na mitigação da transmissão intergeracional da pobreza. (Figura 9)

Figura 8 - Taxa de risco de pobreza (%)

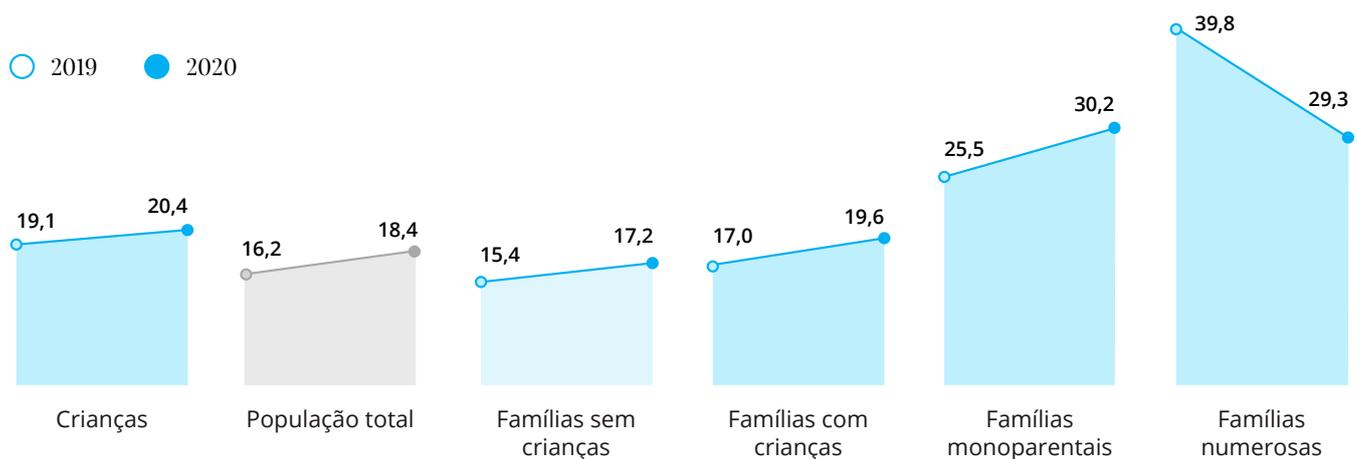
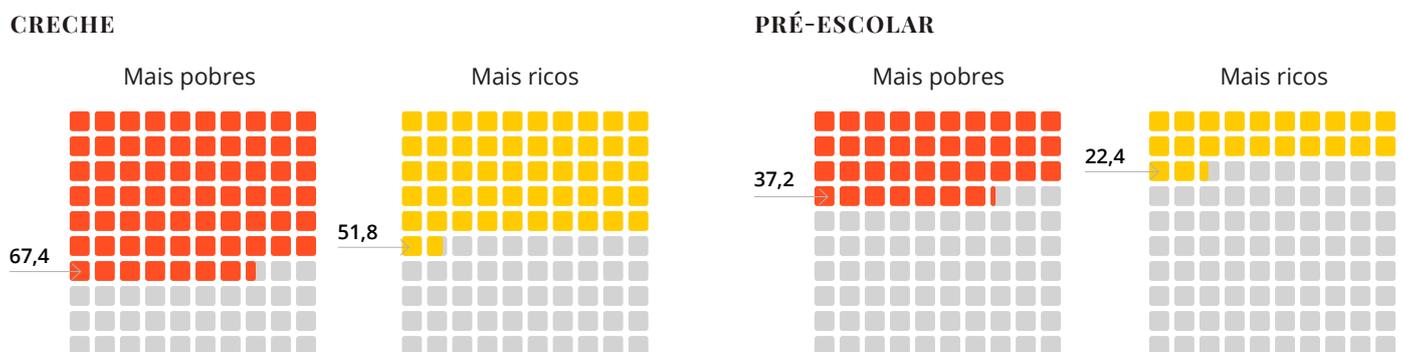


Figura 9 - % de crianças com o horas semanais de frequência de creche e pré-escolar, por quartil de rendimento em 2021





COMO VIVEM OS MAIS VELHOS EM PORTUGAL?

- A população com mais de 65 anos tem uma **taxa de risco de pobreza** de 20,1% em 2020, um valor superior à média nacional (18,4%) e ao valor de 2019 (17,5%), o que significa que há, em 2020, 465 mil pessoas com mais de 65 anos que são pobres. **(Figura 10)**
- Quanto a **carências habitacionais e alimentares**, 29,2% viviam em casas com telhado, paredes, janelas e/ou chão permeáveis a água ou apodrecidos e 24,6% em casas sem aquecimento adequado. De entre os pobres, 36% não conseguem manter a casa aquecida. Mais de 1 em cada 10 pessoas pobres com mais de 65 anos não tem capacidade para ter uma refeição com proteína (animal ou vegetal), pelo menos de dois em dois dias. Em 2021, 18,3% não tinha capacidade para

comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis e mais de 5% sentiu fome, mas não comeu porque não tinha dinheiro.

- Em média, 62,7% das pessoas com mais de 60 anos sentiram-se nervosas ou ansiosas e mais de 40% sentiram-se sozinhas frequentemente, ou algumas vezes.
- Cerca de 6,3% das pessoas pobres com 60 ou mais anos diz ter **adiado pagamentos**, 13,2% **recorram às suas poupanças** para fazer face a despesas e 4,7% tiveram de recorrer a alguma forma de apoio. Estes valores são substancialmente mais altos para as pessoas que afirmam ter dificuldades económicas, que recorreram 2 vezes mais a apoio financeiro.

Figura 10 - Taxa de risco de pobreza (%)





3. **O impacto da crise pandémica**

O impacto da crise pandémica

COMO É QUE A PANDEMIA AFETOU OS RESIDENTES?

Em 2020, o PIB contraiu 8,3% em termos reais, face a 2019. Apesar das medidas de mitigação do impacto da crise, esta contração teve consequências para os rendimentos das famílias. Como usamos dados do módulo especial sobre a pandemia do ICOR 2021, todas as questões relacionadas com o rendimento e a situação profissional reportam-se ao ano de 2020. (Figura 11)

Para a maioria dos agregados (61,8%) não houve alterações de rendimento significativas em 2020. De entre os restantes, 18% sofreu uma **diminuição do rendimento** e 20% um aumento. Entre os pobres, a diminuição do rendimento foi mais frequente (22,8%). Os motivos mais reportados são a diminuição do tempo de trabalho e a perda de emprego. Da mesma maneira, o motivo mais referido para o aumento dos rendimentos em 2020 é a indexação ou reavaliação do salário. (Figura 12)

Além do aumento da despesa associada aos serviços públicos, como na saúde, várias medidas foram dirigidas diretamente a empresas e famílias. Entre a população total, 13% recebeu pelo menos um **apoio financeiro relacionado com a pandemia**, um valor ligeiramente abaixo do da população pobre, 13,8%. Os apoios dirigidos a trabalhadores por conta de outrem, onde se inclui o layoff simplificado, foram mais comuns entre a população total (6,2%) do que entre os pobres (3,1%), tal como os apoios à família, crianças e habitação (3,7% vs. 3%, respetivamente). Os apoios aos trabalhadores por conta própria foram mais comuns na população pobre (3,6% vs. 7,8%).

As **aulas a partir de casa** tornaram-se a norma durante a pandemia. Nos agregados pobres, 10% das crianças não conseguiram acompanhar as aulas à distância (5% na população em geral). Os motivos mais comuns para justificar esta dificuldade entre as famílias mais pobres são o acesso à internet (4,2%) e a equipamentos, como computador ou tablet (3,6%). (Figura 13)

Figura 11 - Alterações do rendimento do agregado nos últimos 12 meses (%)

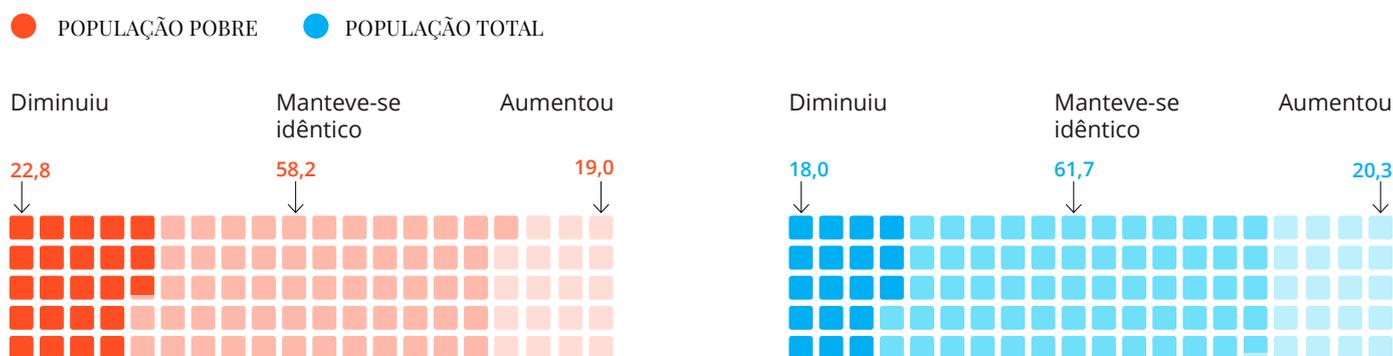


Figura 12 - Apoio financeiro do Estado no âmbito das medidas de apoio social COVID-19 relativo

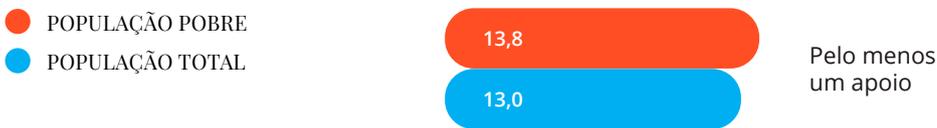


Figura 13 - Os trabalhadores conseguiram trabalhar a partir de casa em 2020? (%)



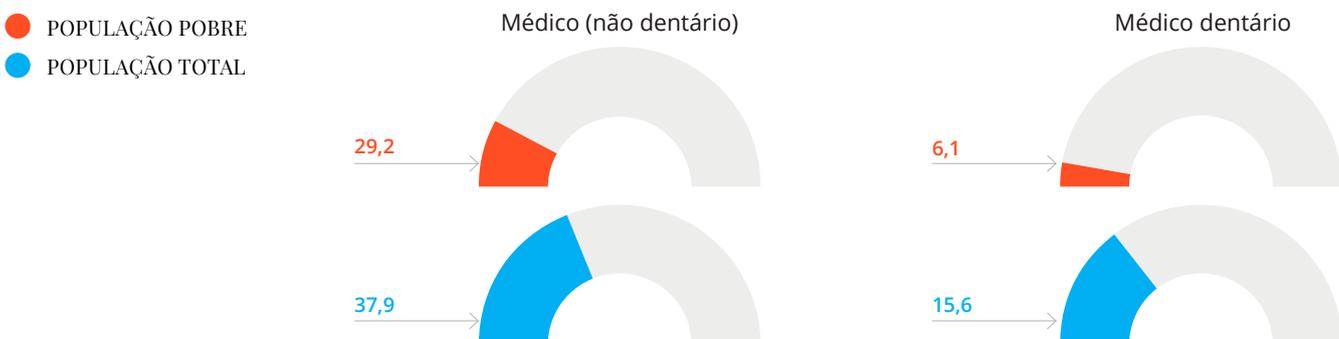
Apenas 32% dos trabalhadores conseguiram **trabalhar a partir de casa** durante a pandemia. Esta percentagem baixa para 15% para os trabalhadores pobres. O principal motivo é a incompatibilidade da função com trabalho remoto. As pessoas que trabalharam a partir de casa têm normalmente o ensino superior e intensidade laborar muito alta. O trabalho remoto foi mais frequente em trabalhadores do setor financeiro e das tecnologias de informação e menos frequente no setor do alojamento e restauração e da agricultura.

Na população total, 37,9% das pessoas reportam ter tido **consultas ou tratamentos médicos** planeados e cancelados por causa da pandemia. Entre os pobres esta percentagem é de 29,2%. De entre os 27,8% que reportam

que a pandemia afetou a saúde mental, a maioria indica que o impacto foi negativo (26,6%). Entre os pobres, a proporção de indivíduos que reporta impactos negativos é mais alta (29,6%). (Figura 14)

A pressão sobre o SNS levou ao cancelamento de **consultas e cirurgias** em 2020 e em 2021. Em 2022, o número de consultas presenciais aumentou, mas está ainda longe dos valores em igual período de 2019. Depois de um aumento abrupto em 2021, o crescimento da **telemedicina** parece ter estabilizado em 2022, com 8 vezes mais consultas não presenciais em fevereiro de 2022 do que no mesmo mês em 2019. Nos meses de fevereiro a setembro, o número de cirurgias esteve acima dos períodos homólogos em 2019.

Figura 14 - Que % de pessoas teve consultas ou tratamentos planeados e não concretizados devido à pandemia em 2020?





4. Custo de vida

Custo de vida

O recente aumento da inflação e a crise na habitação trouxeram para o debate o problema do aumento do **custo de vida**, que afeta particularmente os segmentos mais pobres da população.

QUE PERCENTAGEM DE PESSOAS TEM DIFICULDADE A LIDAR COM AS SUAS DESPESAS E DÍVIDAS?

Em 2020, mais de 8 em cada 10 pessoas pobres reporta **dificuldade em pagar as suas despesas usuais** (quase 6 em cada 10 para a população em geral). Mais de 3 em cada 10 pessoas afirma ter **dificuldade com despesas inesperadas**. Esta proporção quase duplica para as pessoas pobres. (Figura 15)

Mais de 32% das pessoas pobres consideram que o peso do pagamento de prestações mensais é excessivo para o seu orçamento familiar (mais de 17% para a população em geral). (Figura 16)

QUAL É O ESTADO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR EM PORTUGAL?

No que diz respeito à **insegurança alimentar**, em 2021, mais de 2 em cada 10 pobres tem medo de não ter comida suficiente para comer. Em 7,3% dos agregados houve a preocupação de não ter comida suficiente para comer, em 5,1% as pessoas comeram menos do que deviam, e em 2,4% as pessoas sentiram fome, mas não comeram por falta de dinheiro ou outros meios. Para a população pobre, estas percentagens sobem para os 20,6%, 13,1% e 8%, respetivamente. A **qualidade da alimentação** também é inferior entre os pobres. Em 2021, 15,4% dos agregados pobres afirmam não ter conseguido consumir comida saudável e nutritiva, o que compara com 6,2% para a população total.

As crianças e os adultos com 65 ou mais anos são dois segmentos da população vulneráveis a situações de pobreza e privação material e social. Em 2021, 24,1% das crianças pobres e 6,1% dos idosos pobres viviam

Figura 15 - Dificuldade em lidar com despesas em 2020 (%)

- POPULAÇÃO POBRE
- POPULAÇÃO TOTAL

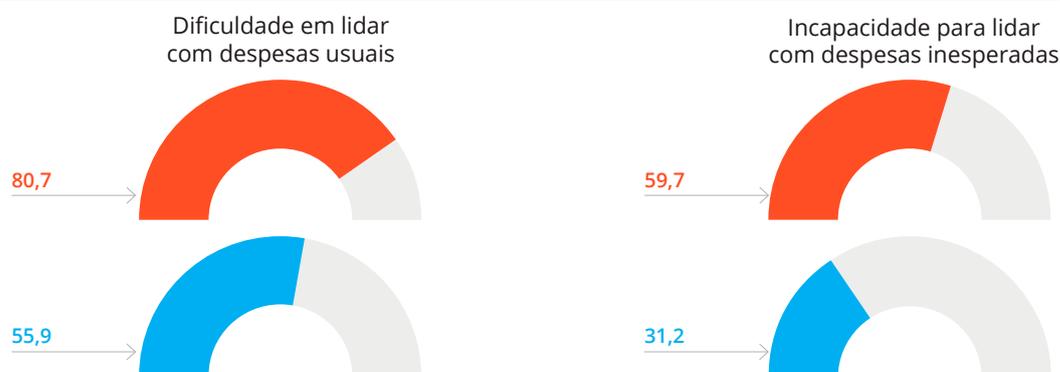
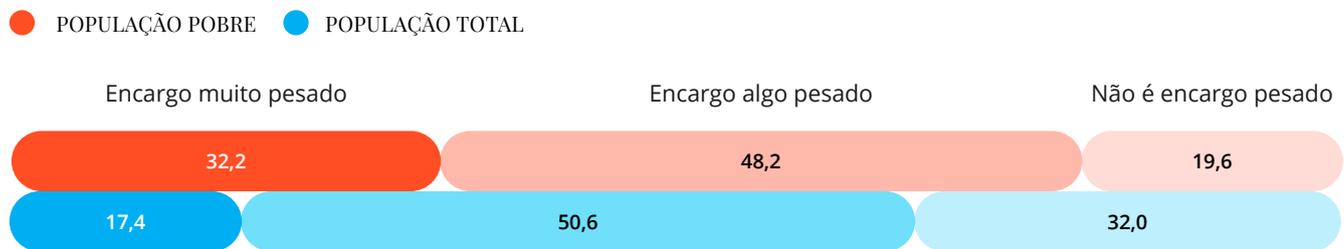


Figura 16 - Peso das dívidas no orçamento familiar em 2020 (%)



em agregados que tiveram a preocupação de não ter comida suficiente para comer (para as crianças e idosos da população em geral, estes valores descem para os 7,7% e 6,1%, respetivamente).

Em 2021, 15,3% das famílias monoparentais tiveram a preocupação de não terem comida suficiente para comer e em 8,2% as pessoas comeram menos do que deviam. A preocupação de não ter comida suficiente é também elevada entre as famílias numerosas (8,6%), em que 4,4% dos agregados afirma igualmente ter comido menos do que achava que devia.

Em 2021, 16,4% dos desempregados revela ter tido preocupação de não ter comida suficiente, 14,2% afirma

não ter conseguido consumir comida saudável, 11,7% diz ter comido menos do que achou que devia e 5,5% sentiu fome, mas não comeu por falta de dinheiro. (Figura 17)

QUANTO CUSTA A HABITAÇÃO E QUE QUALIDADE TEM?

O acesso e as condições de habitação são duas componentes fundamentais das condições de vida. Em 2021, os agregados gastaram em média 325,8 € mensalmente com a habitação. A prestação média mensal foi de 269,4 €, o encargo médio anual com juros foi de 187,0 € e o valor médio das rendas foi de 283,5 €. Entre os pobres, os encargos com habitação são em regra menores.

Figura 17 - Peso das dívidas no orçamento familiar em 2020 (%)

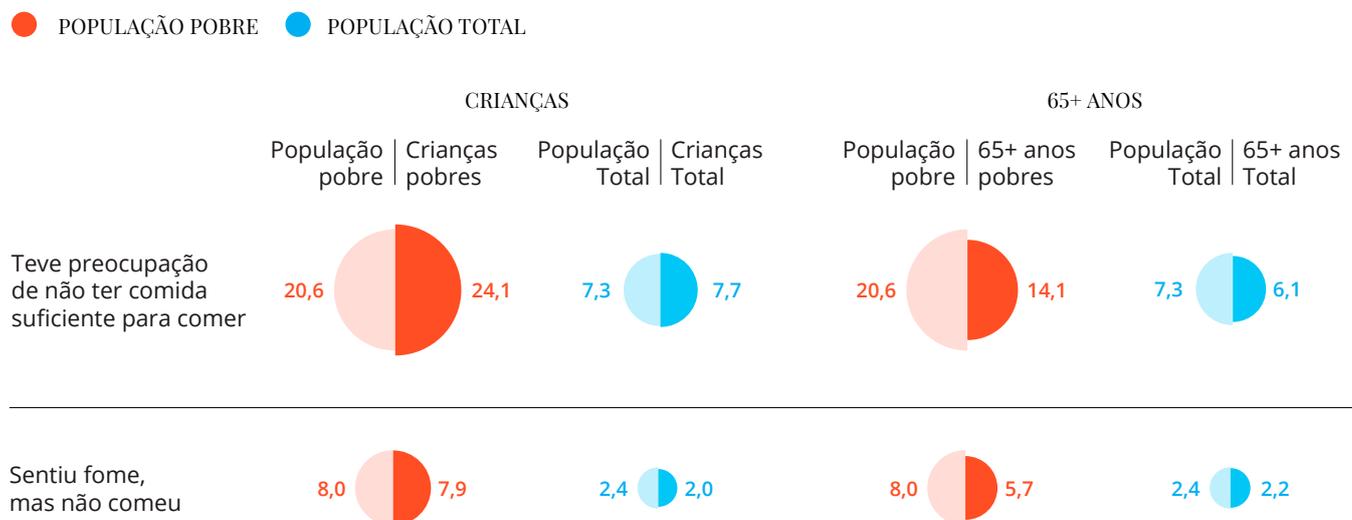
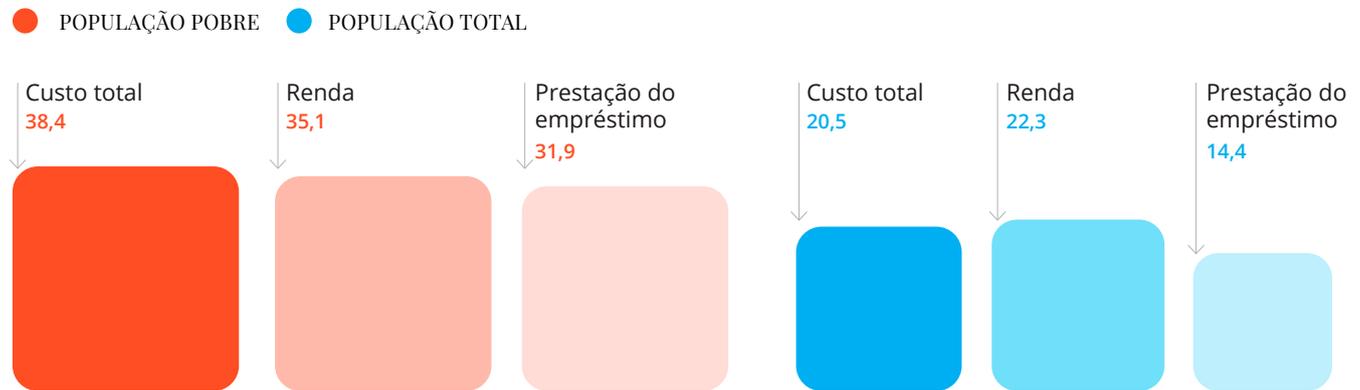


Figura 18 - % do rendimento total gasto em habitação



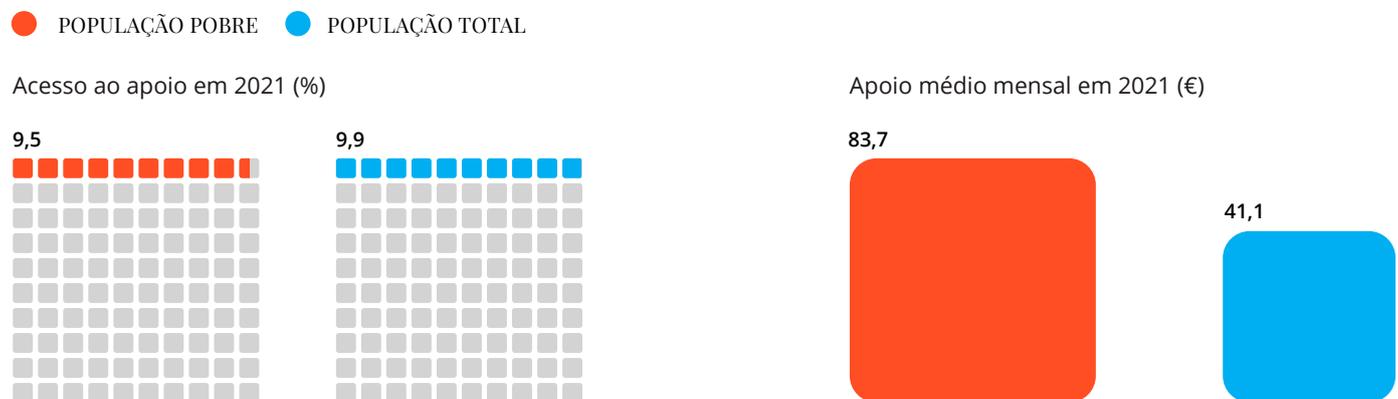
Nota: O custo total inclui custos de manutenção, seguro da habitação, impostos e o custo da água, gás, eletricidade e aquecimento. Para os proprietários a pagar hipoteca, o custo total inclui a prestação do empréstimo e o pagamento dos juros. Para os arrendatários, o custo total inclui a renda.

Os agregados residentes gastavam, em média, 20,5% do seu rendimento disponível em custos com a habitação. Para os agregados pobres, esta taxa de esforço sobe para 38,4%. Os inquilinos em regime de renda livre são os que apresentam maior taxa de esforço do custo total com habitação, 34%. Para este grupo, 26,3% do rendimento disponível está alocado ao pagamento de rendas, o que compara com 8,9% para os inquilinos em regime de arrendamento apoiado ou com renda condicionada. Os proprietários sem hipoteca têm a taxa de esforço mais baixa (11,3%). (Figura 18)

Em 2021, 34,4% dos agregados pobres tinham **encargos excessivos com a habitação** (10,1% para a população em geral). Os arrendatários de renda livre eram os que mais tinham encargos excessivos com a habitação, com 27,1% a gastarem mais de 40% do seu rendimento disponível no custo da habitação.

O acesso a **prestações sociais para a habitação** foi semelhante entre a população total e a população pobre (9,9% e 9,5%, respetivamente). No entanto, o valor médio mensal destes apoios é superior para os mais pobres. (Figura 19)

Figura 19 - Prestações Sociais para a habitação em 2021





5.

Estadísticas Preliminares 2021

Estatísticas Preliminares 2021

A 20 de janeiro de 2023, o INE disponibilizou as primeiras estatísticas preliminares do ICOR 2022, ou seja, do inquérito recolhido em 2022, com base na situação financeira e profissional das famílias em 2021. Com estes dados provisórios é possível descrever sumariamente as condições de vida das famílias em 2021:

1. Em 2021, a **taxa de risco de pobreza após transferências sociais** atingiu 16,4%, 2 pontos percentuais abaixo da de 2020 (18,4%). O número pessoas em risco de pobreza diminuiu 197 mil (de 1,9 milhões em 2020 para 1,7 milhões em 2021).
2. A redução na taxa de risco de pobreza foi mais evidente em **alguns grupos sociodemográficos**. Entre as mulheres, a diminuição foi de 2,4 pontos percentuais entre 2020 (19,2%) e 2021 (16,8%). Entre as famílias com crianças a diminuição foi superior (-2,4 pontos percentuais face a 2020) à das famílias sem crianças (-1,7 pontos percentuais face a 2020). Ainda assim, as famílias monoparentais continuam a ser as mais pobres, apesar da redução com uma taxa de risco de pobreza 28,0% em 2021. Os desempregados, apesar de uma redução de 3,1 pontos percentuais face a 2020, são um dos grupos com maior taxa de risco de pobreza em 2021 (43,4%).
3. A **desigualdade na distribuição dos rendimentos** também diminuiu. O Coeficiente de Gini reduziu-se de 33, em 2020, para 32, em 2021.
4. Em termos **geográficos**, a taxa de risco de pobreza

diminuiu na maioria das regiões, exceto no Algarve e nas regiões autónomas. O Algarve volta a ser a região continental com maior taxa de risco de pobreza (22,1%). A região em que a desigualdade, medida pelo Coeficiente de Gini, mais diminuiu foi a zona Centro, de 33,3, em 2020, para 31,5 em 2021.

Os dados individuais do ICOR 2022 serão analisados com detalhadamente na próxima edição do Portugal, Balanço Social, depois de disponibilizados à comunidade académica no outono de 2023.

Fotografias: Shutterstock e Unsplash | Design e infografias: Laboota

